

COMPANHIA DE JESUS - JESUITAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em Reais)

1. Contexto operacional: A Companhia de Jesus - Jesuítas é uma entidade constituída na forma jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, domiciliada no Brasil, com autonomia administrativa e funcional, com duração por prazo indeterminado declarada de Utilidade Pública Estadual do Rio de Janeiro, com fins de utilidade pública de natureza social, fundada em 23 de julho de 2010 - Processo nº E-06/0205/1985, constituída inicialmente sob a denominação de ALOISIANUM, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, no dia 26 de setembro de 1940, com sua personalidade jurídica averbada em 6 de outubro de 1959, cujos atos constitutivos encontram-se registrados no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca da cidade do Rio de Janeiro. A Entidade é constituída por 56 comunidades que têm por objetivo promover e desenvolver as atividades de natureza vocacional e apostólica da Companhia de Jesus - Jesuítas, pautadas na valorização da educação moral e religiosa de acordo com os valores evangélicos e postulados da Religião Católica, Apostólica Romana. COVID-19: Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que a COVID-19 (coronavírus) é uma emergência de saúde global. A rápida e extensa propagação da epidemia causou a reavaliação de vários setores produtivos e comerciais, além de confinamentos preventivos e fragilizar a economia mundial, de forma que decisões significativas vieram de ser tomadas pelos governos e entidades de direito privado, que somadas ao impacto potencial ao surto aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos, aos quais geraram impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Diante da recomendação de distanciamento físico, controle de aglomerações e uso de máscaras, mantendo o distanciamento social e utilização de álcool em gel 70%, para higienização das mãos. • Acompanhamento em conjunto com nossa corretora do plano de saúde dos colaboradores/familiares que apresentavam sintomas referentes à COVID-19, ou qualquer outro tipo de necessidade médica. • Boletins de orientação e conscientização de todos. • Pastilhas periódicas com orientação para a proteção de nossos colaboradores. • Comunicado aos associados sobre implementação de protocolos em regime de home office. • Implantação de um comitê para gerenciamento de todos os protocolos. • Contratos firmados mediante assinaturas eletrônicas. Apesar de manter posição saudável de caixa e títulos e valores mobiliários, e tendo em vista a incerteza e volatilidade do cenário atual em razão da pandemia da COVID-19, a Administração da Entidade executou medidas cautelares, evitando a ocorrência de prejuízos, bem como a adoção de medidas preventivas, de modo a garantir que a Entidade possa atravessar esse período suprido nas necessidades que possui, sendo: • Monitoramento das receitas e despesas através de avaliações diárias do fluxo de caixa, para acompanhamento de impacto e ações de contingência. A receita da Companhia de Jesus é substancialmente relacionada a doações de pessoas físicas e locais. Além disso, medidas de contenção de gastos com viagens, eventos, publicidade e outros créditos no âmbito de marketing, obras e manutenção das comunidades foram renegociadas. A Administração montou um Comitê para avaliar de forma constante o impacto do surto nas operações e nas demonstrações financeiras da Entidade, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. A Entidade continua monitorando suas operações e não identifica nenhum evento que pudesse indicar indícios de impairment ou de não realização de seus ativos. 2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente estas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração da Entidade. b. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado. c. Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. 5. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas a cada data do balanço. b. Apreciação do resultado e reconhecimento prospectivamente. a. Incerteza sobre premissas e estimativas: As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Notas Explicativas nºs 6 e 8 - Determinação da vida útil dos ativos imobilizados e equipamentos. • Mensuração do valor justo. Uma série de políticas e divulgações contábeis da Entidade requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Entidade. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Entidade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia de informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Informações adicionais sobre as premissas e estimativas utilizadas nos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 22 - Instrumentos financeiros. 6. Principais práticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Entidade em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, banco corrente e aplicações de curto prazo. Os vencimentos originais de tais instrumentos são baseados na data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são mobilizados na liquidação das obrigações de curto prazo. b. Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários referem-se aos recursos aplicados em instituições financeiras de primeira linha, estando tais recursos classificados fora do grupo de caixa e equivalentes de caixa em função de não fazerem parte da gestão do dia a dia da Entidade. A Entidade não aplica prática contábil de reconhecimento dos títulos e valores mobiliários nas atividades de investimentos nas demonstrações dos fluxos de caixa por entender que é a situação que melhor representa seus fluxos financeiros, estando tal apresentação amparada nos parágrafos 33 a 34A do CPC 3 - Demonstrações do Fluxo de Caixa. c. Contas a receber: São apresentadas ao valor presente de realização, basicamente representando aluguéis e contribuições. A provisão para perda de liquidez é constituída com base no montante considerado suficiente pela Administração para suprir eventuais perdas na realização dos créditos. d. Propriedade para investimento: Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada e apresentada pelo seu valor de custo de aquisição menos depreciação e qualquer provisão para perda acumulada. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base nas taxas que variam de 10% a.a. (10 anos) a 2,5% a.a. (40 anos) de acordo com a avaliação patrimonial realizada para os respectivos imóveis. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Anualmente, a Entidade mensura o valor justo das propriedades para investimentos para fins de divulgação nas demonstrações financeiras. e. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário. (ii) Depreciação: A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseado-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes: Edificações 15 a 40 anos Máquinas, equipamentos e instalações 10 anos Bens de natureza de informática e comunicação 5 a 10 anos Móveis e utensílios 10 anos Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. f. Obrigações trabalhistas: Contemplam as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos, que são constituídas com base na remuneração dos funcionários e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço. g. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos e provisões para perda de liquidez. h. Instrumentos financeiros: Quando o reconhecimento de recursos é reconhecido o débito de caixa e equivalentes de caixa e a crédito de receita com juros no resultado. • Consumo como despesa: Quando ocorre o empenho dos valo-

res recebidos de terceiros em convênio, as despesas são reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. L. Receita e despesas recebidas: As doações recebidas pela Entidade em moeda corrente são provenientes de doações de pessoas físicas que apoiam de forma voluntária os trabalhos religiosos desenvolvidos nas residências e são reconhecidas no resultado do exercício no momento em que as contraprestações a essas doações são cumpridas pela Entidade. As doações recebidas em ativos, quando reconhecidas, são reconhecidas inicialmente no passivo e são registradas com receita de doações à medida que os ativos são depreciados pela vida útil do bem. As doações com ativos não depreciáveis são reconhecidas no resultado do exercício no momento em que as contraprestações a essas doações são cumpridas pela Entidade. j. Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A Entidade adotou como prática contábil apresentar os juros recebidos de títulos e valores mobiliários nas atividades de investimentos por entender que é a situação que melhor representa seus fluxos financeiros, estando tal apresentação amparada nos parágrafos 33 a 34A do CPC 3 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias, cotadas pelas instituições financeiras. k. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial: As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contrato a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. (ii) Classificação e mensuração subsequente: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - Instrumento de dívida; ou VJORA - Instrumento patrimonial; ou ao VJR. No exercício de 2022, a Entidade não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - Instrumento de dívida ou VJORA - Instrumento patrimonial. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Entidade reconheça um novo instrumento financeiro. Os passivos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR. • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa cobráveis, incluindo juros e outros créditos no âmbito de serviços. Fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os ativos financeiros não são classificados como mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros registrados pelo VJR. Esses ativos são mensurados, subsequentemente, ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros e receita de dividendos, e receita de outros resultados abrangentes. Custos amortizados. Esses ativos são, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, e outros créditos no âmbito de serviços. (iii) Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso para classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros e outros créditos no âmbito de serviços, passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. (iv) Desreconhecimento: A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando o direito contratual aos fluxos de caixa esperados de um contrato ou quando a Entidade transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Entidade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, tampouco não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Entidade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil do ativo e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. (v) Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, os seguintes critérios são atendidos: 13. Imobilizado

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

Outsourcing: como solucionar as dores do cliente por Rodrigo Costa, sócio-diretor & Head de Digital Business da Kron Digital

Para manter a competitividade, é preciso estar atento ao novo, buscar soluções criativas que vão otimizar os processos de negócio. Mas a verdade é que geralmente as empresas não contam com os recursos necessários para implementar soluções inovadoras e criativas que vão gerar melhores resultados.

Nesse momento, as empresas se voltam para o modelo de outsourcing, em busca de otimização de custos, eficiência de processos, melhor time-to-market, agilidade, inovação e qualidade. Esse é um processo que pode dar muito certo, mas também pode ser um desastre.

Para o cliente, entender o que pode dar errado antes de adotar o modelo de outsourcing pode economizar tempo, dinheiro e preservar o bom humor. Para o provedor de serviços, é preciso entender as dores do cliente, identificar com precisão as suas motivações e objetivos já nas fases iniciais do projeto.

Selecionando o melhor parceiro

O mercado de outsourcing está repleto de empresas que afirmam que podem oferecer o melhor serviço pelo menor custo. Muitas usam frases de efeito para justificar suas propostas: uma longa lista de metodologias sólidas, inovações e empoderamentos. Depois de ler todas as páginas do seu site e admirar seus belos designs e testemunhos deslumbrantes, como você escolhe o melhor provedor, aquele que vai entender as suas dores?

E você, cliente, quando se trata de garantir uma parceria bem sucedida, tem de escolher o melhor provedor, aquele que vai entender as suas dores? E você, cliente, quando se trata de garantir uma parceria bem sucedida, tem de escolher o melhor provedor, aquele que vai entender as suas dores?

O fim das dores do cliente

Além da capacidade técnica da equipe de outsourcing, existem fatores extremamente importantes para criar um bom relacionamento: confiança e comunicação. Muitas das dores dos clientes provêm da falta de respostas em relação às expectativas, prazo, recursos e todo e qualquer fator que tenha um papel no desenvolvimento do produto. Você tem dúvidas sobre algo? Você não está entendendo uma etapa específica do processo? Pergunte, mas atenção: não tente microgerenciar as ações de seu provedor. É aí que entra a confiança.

Acredite no poder de inovação do seu parceiro, na capacidade de antecipar tendências e criar soluções e apps sob medida que façam a diferença em seus processos de negócio e permitam que sua empresa atenda efetivamente às demandas futuras. É certo que a redução de custos sempre foi uma força motriz para a adoção do outsourcing, mas, nos últimos anos, as empresas também começaram a focar em atividades de maior valor agregado, como capacitação digital.

Se o outsourcing é um modelo novo para sua empresa, provavelmente você enfrentará alguns desafios, e é por isso que é tão importante escolher um provedor em que você possa confiar, com experiência, feedback positivo de seus clientes e uma equipe dedicada de profissionais que estarão lá para orientá-lo em cada etapa, entendendo e atendendo cada uma de suas dores e atingindo os melhores resultados.

(a) O Conselho Fiscal da Companhia de Jesus - Jesuítas, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Contábeis e Financeiras: Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado do período, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social, Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC), Notas Explicativas, Relatório

de Auditoria de "Audisa Auditores" relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. (b) Com base nos exames efetuados e considerando o Relatório da Auditoria, o Conselho Fiscal, indica para aprovação os referidos documentos contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e autoriza, após a aprovação pela Assembleia

Ordinária, a Publicação do Balanço Patrimonial. (c) A proposta para que o resultado do exercício, apurado em 31 de dezembro de 2022, fosse destinado as atividades previstas nas disposições estatutárias, segundo a disponibilidade de recursos fora aprovada por unanimidade dos presentes.

continuação



COMPANHIA DE JESUS - JESUITAS

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Jesus - Jesuitas, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, resultados abrangentes e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Respon-**

bilidades da administração pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as

eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade

operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - 28 de março de 2023.

Alexandre Chiaretti do Nascimento
Contador - CRCSP 187.033/O-0
CNAI - SP - 1620

Audisa Auditores Associados
CRCSP 25P 024298/O-3

CNPJ 33.544.362/0001-00
Declarada de Utilidade Pública pelo
Decreto Federal nº 895 de 12/04/1962, D.O.U. de 13/04/1962

As oportunidades e possibilidades para as fintechs

Tecnologia, governança e outras tendências para um futuro sustentável

Felipe Avelar (*)

O ano que começou há pouco representa uma oportunidade de crescimento e consolidação das fintechs brasileiras. Os aprendizados de 2022 passam pela elevação das taxas de juros, que impactaram as startups em suas operações e nas rodadas de captação de investimentos; no ajuste de valuation; em demissões e outras consequências que foram um teste e tanto para o segmento.

Seguindo a premissa de que as fintechs impulsionam o mercado financeiro rumo ao futuro, por meio da inovação em finanças, uma ótima notícia é que, apesar da diminuição de aportes como em anos anteriores, essas startups permanecem entre os setores mais procurados pelos investidores, segundo pesquisa da EqSeed, plataforma brasileira de investimentos em startups.

E para trilhar um ano de sucesso, é preciso atentar-se às tendências que sinalizam o caminho a ser seguido. A a16z, Venture Capital (CV) norte-americana, publicou um conjunto de ideias com apontamentos para 2023, com destaque para as fintechs. De acordo com a gestora, o compliance será uma vantagem competitiva nesse universo, visto que a complexidade é maior à medida em que as startups ganham musculatura e precisam de novas licenças regulatórias.

Apenas nos Estados Unidos, empresas de serviços financeiros enfrentam mais de 50 mil regulamentações em agências federais e estaduais. No Brasil, por exemplo, os resultados da Resolução 4.970, que viabilizou a criação das fintechs, serão melhor compreendidos a longo prazo.

Outro aspecto apontado pela a16z é a tecnologia, um dos principais diferenciais do mindset empreendedor dos que estão à frente das startups. Por meio da utilização de diferentes ferramentas como, por exemplo, a inteligência artificial, que já vem sendo utilizada tanto pelas fintechs como em inúmeros outros setores da economia brasileira; e o machine learning, uma forma avançada da própria IA.

Um sistema pode ser treinado para executar tarefas de maneira autônoma, interpretando padrões de dados e implementando decisões baseadas no que foi ensinado. Inúmeros processos de uma operação financeira de oferta e tomada de crédito se beneficiam de tecnologias como essas e inúmeras outras.

Essas previsões devemos acrescentar a questão dos dados, que devem permanecer confiáveis e abrangentes. No entanto, a necessidade de informações não pode prejudicar a agilidade e rapidez em processos não burocráticos, de modo a manter a melhor experiência possível para os clientes. Estabelecer e prever riscos não deve comprometer a premissa das fintechs, da transformação e simplificação.

A governança é igualmente importante, mas com uma ótica de evolução e adaptação. É preciso crescer de maneira sustentável, com atenção contínua e austeridade de custos para que a operação seja viável e autônoma no longo prazo, sem depender necessariamente de recursos externos.

2022 foi uma prova de fogo para as fintechs brasileiras em função dos desafios econômicos e outros fatores. Mas este ano, mesmo sem os grandes aportes de investimentos comuns desde o início do desenvolvimento dessas startups, promete possibilidades que não se limitam apenas a 2023. Crescimento, consolidação, profissionalização e ganho de escala também devem ser percebidos como importantes para as fintechs como ocorre em grandes companhias, financeiras e de outros setores.

(*) - É fundador e CEO da startup Finplace (www.finplace.com.br), fintech que conecta de forma gratuita empresas que precisam de crédito com instituições financeiras

Caipê Participações e Empreendimentos Energéticos S.A.
CNPJ. Nº. 05.307.716/0001-50 - NIRE 35300512201
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária
Ficam convocados os acionistas a se reunirem em AGO, na sede da Companhia à Rua Professor Atílio Innocenti, nº 474, CJ 307, sala 1, Ed. Lead Offices Faria Lima, Vila Nova Conceição, CEP 04538-001, Capital/SP a ser realizada no dia 24/04/2023, às 12h em primeira convocação, ou na falta de quórum necessário às 12:30h, em 2ª convocação, com qualquer número de acionistas, para deliberarem sobre a aprovação das contas da administração, o Balanço Patrimonial e as demais demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022. Os acionistas poderão ser representados na forma do Artigo 8º do Estatuto Social da Companhia.
São Paulo, 13/04/2023.
Marcos Gabriel Pestana Lisboa e Marlus Renato Dall Stella - Diretores.

ORIENT RELÓGIOS DO BRASIL S.A.
CNPJ (MF) 60.401.205/0001-00 - NIRE 35.300.042.875
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária
Ficam convocados os Srs. Acionistas, a se reunirem em AGO no dia 28/04/2023, às 10hs, em sua Sede, na Av. das Nações Unidas, 10.989-77, Andar, Conjunto 71, Sala 1 - Brooklin Paulista/SP, CEP 04578-000, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2022; 2) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício; 3) Eleição de Diretoria e 4) Outros assuntos de interesse social. São Paulo, 13/04/2023. A Diretoria. (13, 14 e 15/04/2023)

Empresas & Negócios
www.netjen.com.br

DUOSKAM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

| Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (R\$) | | | | | |
|--|--|-------------------------|---|--|-----------------------|
| Ativo | 2022 | 2021 | Passivo | 2022 | 2021 |
| Circulante | 6.903.665,52 | 8.918.722,52 | Circulante | 154.556,45 | 101.966,15 |
| Disponível | 4.963.809,30 | 6.622.637,20 | Fornecedores | 10.479,81 | 10.568,23 |
| Clientes a Receber | 249.111,05 | 246.880,54 | Obrigações Sociais e Trabalhistas | 77.199,24 | 64.252,48 |
| Outros Créditos | 1.090.549,08 | 1.449.008,69 | Obrigações Tributárias | 64.446,86 | 24.714,90 |
| Estoque de Imóveis | 600.196,09 | 600.196,09 | Outra Obrigações | 2.430,54 | 2.430,54 |
| Ativo Não Circulante | 99.553,04 | 103.155,56 | Passivo Não Circulante | 101.618,11 | 101.618,11 |
| Outros Créditos | 90.986,63 | 90.986,63 | Receita | 175.182,69 | 175.182,69 |
| Imobilizado | 106.839,97 | 106.839,97 | Custos Correspondentes | (73.564,58) | (73.564,58) |
| (-) Depreciação Imobilizado | (98.273,56) | (94.671,04) | Patrimônio Líquido | 6.747.044,00 | 8.818.293,82 |
| Total do Ativo | 7.003.218,56 | 9.021.878,08 | Capital Social | 1.448.954,00 | 1.448.954,00 |
| | | | Reserva de Lucro | 5.298.090,00 | 7.369.339,82 |
| | | | Total do Passivo | 7.003.218,56 | 9.021.878,08 |
| Demonstrações do Resultado Levantados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 | | | | | |
| Receita Operacional Bruta | 2022 | 2021 | Total | (2.563.485,50) | (1.866.667,67) |
| Receita de Serviços | 311.174,37 | 267.735,39 | Receitas (Despesas) Financeiras | | |
| Total | 311.174,37 | 267.735,39 | Receita | 645.758,65 | 465.974,65 |
| ISS PIS COFINS | (58.811,40) | (46.433,37) | Despesas | (5.885,94) | (3.820,79) |
| Total | (58.811,40) | (46.433,37) | Total | 639.872,71 | 462.153,86 |
| Receita Operacional Líquida | 252.362,97 | 221.302,02 | Resultado Operacional | (1.671.249,82) | (1.183.211,79) |
| Lucro Operacional Bruto | 252.362,97 | 221.302,02 | Lucro (Prejuízo) Antes do IR e da CS | (1.671.249,82) | (1.183.211,79) |
| Despesas Operacionais | | | Lucro (Prejuízo) do Exercício | (1.671.249,82) | (1.183.211,79) |
| Administrativas | (2.563.485,50) | (1.866.667,67) | | | |
| Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Levantados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 | | | | | |
| Contas Patrimoniais | Total do Patrimônio Líquido em 2021 | Reserva de Lucro | Resultado do Exercício | Total do Patrimônio Líquido em 2022 | |
| Capital Social: Capital Social | 1.448.954,00 | - | - | 1.448.954,00 | |
| Total do Capital Social | 1.448.954,00 | - | - | 1.448.954,00 | |
| Reservas de Capital: Reserva de Lucro | 7.369.339,82 | (400.000,00) | (1.671.249,82) | 5.298.090,00 | |
| Total das Reservas de Capital | 7.369.339,82 | (400.000,00) | (1.671.249,82) | 5.298.090,00 | |
| Lucro (Prejuízo) Acumulado: Transferência Reserva de Lucro | - | 400.000,00 | 1.671.249,82 | 2.071.249,82 | |
| Distribuição de Lucros e Dividendos | - | (400.000,00) | - | (400.000,00) | |
| Lucro (Prejuízo) Acumulado | - | - | (1.671.249,82) | (1.671.249,82) | |
| Total do Patrimônio Líquido | 8.818.293,82 | (400.000,00) | (1.671.249,82) | 6.747.044,00 | |

IMAK PARTICIPAÇÕES S.A.

| Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (R\$) | | | | | |
|--|--|-------------------------|--|--|-----------------------|
| Ativo | 2022 | 2021 | Passivo | 2022 | 2021 |
| Circulante | 11.053,39 | 777.898,70 | Circulante | 8.502,47 | 26.090,42 |
| Disponível | 900,78 | 776.810,40 | Obrigações Sociais e Trabalhistas | 1.898,44 | 6.647,69 |
| Outros Créditos | 10.152,61 | 1.088,30 | Obrigações Tributárias | 6.604,03 | 19.442,73 |
| Ativo Não Circulante | 102.680.141,97 | 108.380.634,85 | Patrimônio Líquido | 102.682.692,89 | 109.132.443,13 |
| Investimentos | 102.680.141,97 | 108.380.634,85 | Capital Social | 35.001.000,00 | 35.001.000,00 |
| Total do Ativo | 102.691.195,36 | 109.158.533,55 | Reserva de Lucros | 67.681.692,89 | 74.131.443,13 |
| | | | Total do Passivo | 102.691.195,36 | 109.158.533,55 |
| Demonstrações do Resultado Levantados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 | | | | | |
| Despesas Operacionais | 2022 | 2021 | Resultado Equivalência Patrimonial | | |
| Administrativas | (93.548,30) | (89.129,89) | Resultado | 22.399.507,12 | 42.970.632,32 |
| Total | (93.548,30) | (89.129,89) | Equivalência Patrimonial | 22.399.507,12 | 42.970.632,32 |
| Receitas (Despesas) Financeiras | | | Total | 22.399.507,12 | 42.970.632,32 |
| Receita | 346.503,34 | 275.281,41 | Lucro (Prejuízo) Antes do IR e da CS | 22.650.873,55 | 43.137.071,41 |
| Despesas | (1.588,61) | (19.712,43) | IR e CS | (100.623,79) | (102.388,97) |
| Total | 344.914,73 | 255.568,98 | Lucro (Prejuízo) do Exercício | 22.550.249,76 | 43.034.682,44 |
| Resultado Operacional | 251.366,43 | 166.439,09 | | | |
| Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Levantados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 | | | | | |
| Contas Patrimoniais | Total do Patrimônio Líquido em 2021 | Reserva de Lucro | Resultado do Exercício | Total do Patrimônio Líquido em 2022 | |
| Capital Social: Capital Social | 35.001.000,00 | - | - | 35.001.000,00 | |
| Total do Capital Social | 35.001.000,00 | - | - | 35.001.000,00 | |
| Reservas: Reserva de Lucro | 74.131.443,13 | (29.000.000,00) | 22.550.249,76 | 67.681.692,89 | |
| Total das Reservas de Capital | 74.131.443,13 | (29.000.000,00) | 22.550.249,76 | 67.681.692,89 | |
| Lucro Acumulado: Reserva de Lucro | - | 29.000.000,00 | (22.550.249,76) | 6.449.750,24 | |
| Distribuição de Lucros e Dividendos | - | (29.000.000,00) | - | (29.000.000,00) | |
| Lucro do Exercício | - | - | 22.550.249,76 | 22.550.249,76 | |
| Total do Patrimônio Líquido | 109.132.443,13 | (29.000.000,00) | 22.550.249,76 | 102.682.692,89 | |
| Luiz Henrique Maksoud - Sócio Diretor - CPF/MF: 129.362.368-78 | | | Mario Adamo Esposito Filho - Técnico Contábil - CRC - 1SP157955/O-4 | | |

IMÓVEIS E ADMINISTRAÇÃO OMAR MAKSOUD S.A.

| Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (R\$) | | | | | |
|---|---------------------|----------------------|--|-----------------------|-----------------------|
| Ativo | 2022 | 2021 | Passivo | 2022 | 2021 |
| Circulante | 6.865.753,26 | 10.087.760,93 | Circulante | 1.074.068,12 | 1.073.213,92 |
| Disponível | 205.254,42 | 2.953.688,73 | Fornecedores | - | - |
| Clientes a Receber | 853.905,26 | 1.012.780,08 | Obrigações Sociais e Trabalhistas | 4.860,03 | 9.038,11 |
| Outros Créditos | 266.316,77 | 258.397,47 | Obrigações Tributárias | 234.632,41 | 242.736,47 |
| Estoque de Imóveis | 5.540.276,81 | 5.862.894,65 | Outra Obrigações | 834.575,68 | 821.439,34 |
| Ativo Não Circulante | 117.882,01 | 117.882,01 | Passivo Não Circulante | 47.017,74 | 124.125,17 |
| Outros Créditos | 117.837,55 | 117.837,55 | Outros Débitos | 47.017,74 | 124.125,17 |
| Imobilizado | 385.650,65 | 385.650,65 | Patrimônio Líquido | 5.862.549,41 | 9.008.303,85 |
| (-) Depreciação Imobilizado | (385.606,19) | (385.606,19) | Capital Social | 4.268.784,00 | 4.268.784,00 |
| Total do Ativo | 6.983.635,27 | 10.205.642,94 | Reserva de Lucro | 1.593.765,41 | 4.739.519,85 |
| | | | Lucros (Prejuízos Acumulados) | - | - |
| | | | Total do Passivo | 6.983.635,27 | 10.205.642,94 |
| Demonstrações do Resultado Levantados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 | | | | | |
| Receita Operacional Bruta | 2022 | 2021 | Das Atividades de Financiamentos | | |
| Receita de Serviços | 14.813,75 | 11.117,48 | Pagamento de Dividendos | (9.100.000,00) | (9.000.000,00) |
| Receita de Aluguel | 7.462.331,26 | 6.748.860,06 | Rendimento de | | |
| Receita de Venda de Imóveis | 725.813,41 | 154.177,02 | Aplicações Financeiras | 269.026,20 | 214.452,79 |
| Total | 8.202.958,42 | 6.914.154,56 | Disponibilidades Geradas pelas Atividades de Financiamentos | (8.830.973,80) | (8.785.547,21) |
| Deduções da Receita Operacional Bruta | | | Varição Líquida do Caixa | (2.748.434,31) | (3.632.636,44) |
| ISS PIS COFINS | (298.086,94) | (251.020,99) | Disponibilidades - no início do período | 2.953.688,73 | 6.586.325,17 |
| Total | (298.086,94) | (251.020,99) | Caixa Saldo Final | 205.254,42 | 2.953.688,73 |
| Receita Operacional Líquida | 7.904.871,48 | 6.663.133,57 | Varição Disponibilidades | | |
| Custo Serviços Vendidos | (732.693,36) | (256.159,25) | Início Final do Período | (2.748.434,31) | (3.632.636,44) |
| Total | (732.693,36) | (256.159,25) | | | |
| Lucro Operacional Bruto | 7.172.178,12 | 6.406.974,32 | | | |
| Despesas Operacionais | | | | | |
| Administrativas | (| | | | |

LEIA O QR CODE ABAIXO E ACESSE A PUBLICAÇÃO EM NOSSO PORTAL



https://jornalempresasenegocios.com.br/publicidade_legal/companhia-de-jesus-jesuitas-2/

The logo for 'Empresas & Negócios' features the word 'Empresas' in a dark red serif font, '&' in a smaller dark red font, and 'Negócios' in a blue sans-serif font. A blue triangle points down to the left of the ampersand, and a blue triangle points right to the left of the 'N' in 'Negócios'.

Empresas
& Negócios